

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2003
(Do Senhor NELSON BORNIER)

Solicita ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social informações relativo a contratos firmados entre o PNUD e a Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social no período compreendido de 1999 até 2001.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 116 e inciso I do art. 115, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, encaminhe ao Ministro da Previdência Social, Senhor Ricardo Berzoini, para que este, após solicitação à Secretaria de Previdência Complementar, preste as seguintes informações:

1 – Cópia de todos os contratos firmados entre o PNUD e a Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social.

2 – Quais foram os critérios utilizados para seleção dos contratados, bem como de sua remuneração?

3 – Qual foi o custo total e qual é a relação nominal dos recursos humanos vinculados aos contratos mencionados?

4 – Quais foram os valores pagos e encargos aos contratados nesse período, discriminados individualmente, por contratos?

JUSTIFICAÇÃO

Em matéria publicada no dia 20 de abril de 2003, no Jornal Correio Braziliense, foi divulgado que o Ministério da Previdência e Assistência Social realizará auditoria para investigar supostas irregularidades em serviços contratados pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, no governo passado. Acontece que as empresas, contratadas pela Secretaria de Previdência Complementar, apresentam visíveis indícios de irregularidades, tendo o governo usado o PNUD como máscara para contratação de diversos serviços. E tendo chegado ao meu conhecimento a denúncia dando conta das possíveis irregularidades, referentes à contratação desses serviços, envolvendo malversação dos recursos públicos, entre outros aspectos que caracterizam mau uso dos parcios recursos da União e, sendo esta Casa responsável pela fiscalização da administração no uso destes recursos, sentimo-nos no dever de cobrar medidas adequadas para esclarecer toda e qualquer dúvida suscitada.

Assim, precisamos, primeiramente compreender a situação e as circunstâncias em que ocorreram os fatos elencados, e, posteriormente, usar com vigor a legislação pertinente. Vez que não se pode deixar sem resposta questões tão relevantes relacionadas ao uso dos parcios recursos públicos. Torna-se pois urgente averiguar com profundidade este movimento.

Daí as razões do presente Requerimento de Informação que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 2003.

Deputado **NELSON BORNIER**
PSB - RJ